



AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS ESTADUAIS

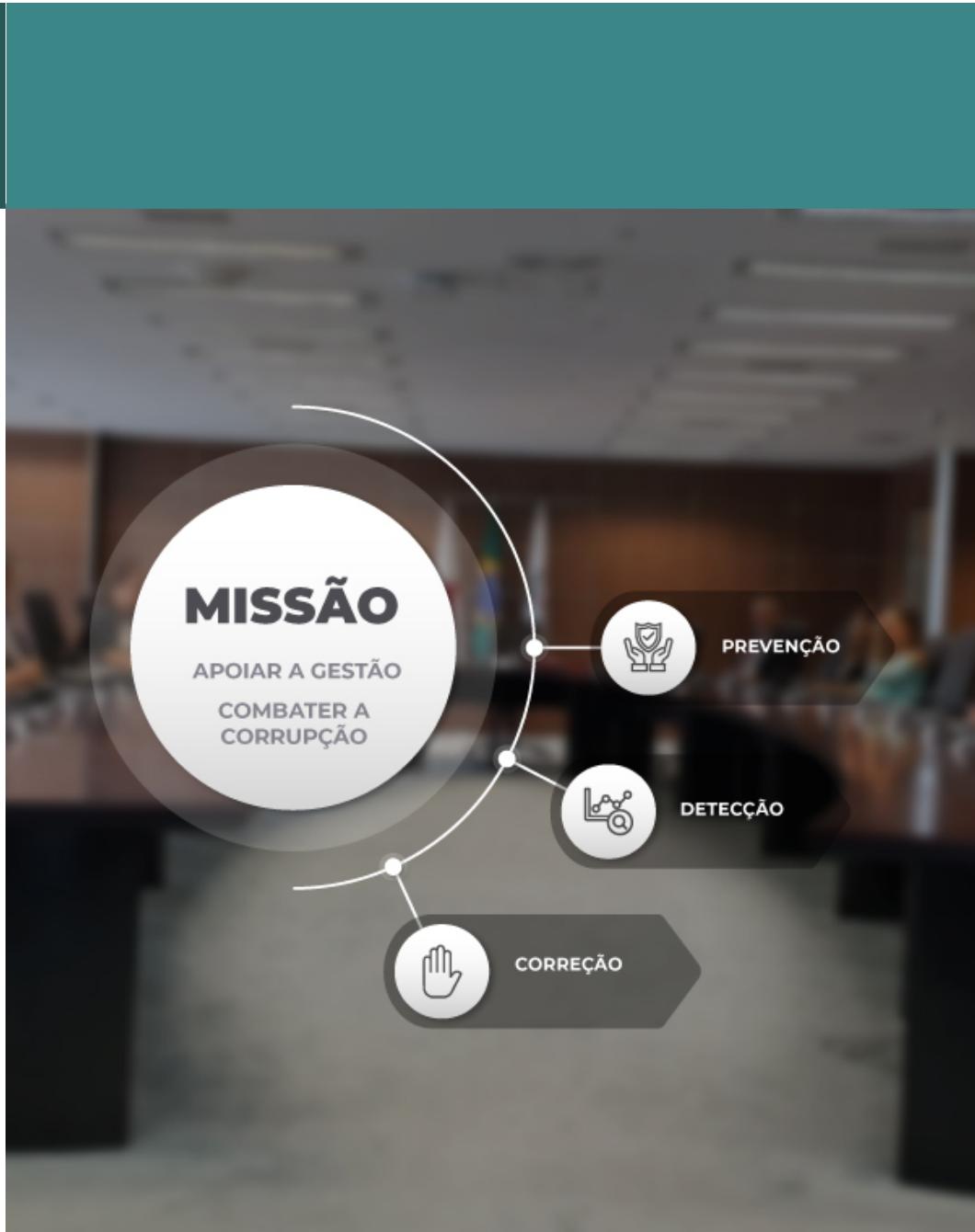
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



NOSSA MISSÃO

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

NOSSA VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

SUMÁRIO

1

INICIATIVA



- O que é, quando e onde surgiu?
- Como a CGE se insere nesse processo?
- Como a avaliação funciona?
- Como interpretar os resultados?
- Números deste ciclo

2

RESULTADOS



- Como ler os relatórios individualizados?
- Pontos positivos
- Pontos de atenção

3

PRÓXIMOS PASSOS

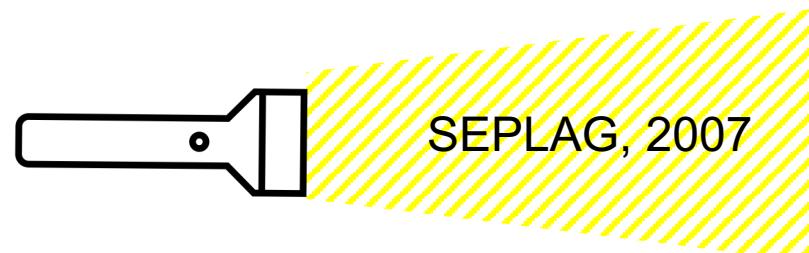


- Fortalecimento da governança
- Utilização do Sistema e Portal dos Conselhos

INICIATIVA



PRIMEIRAS INICIATIVAS



SEPLAG, 2007



FUNDAÇÃO
JOÃO PINHEIRO, 2007

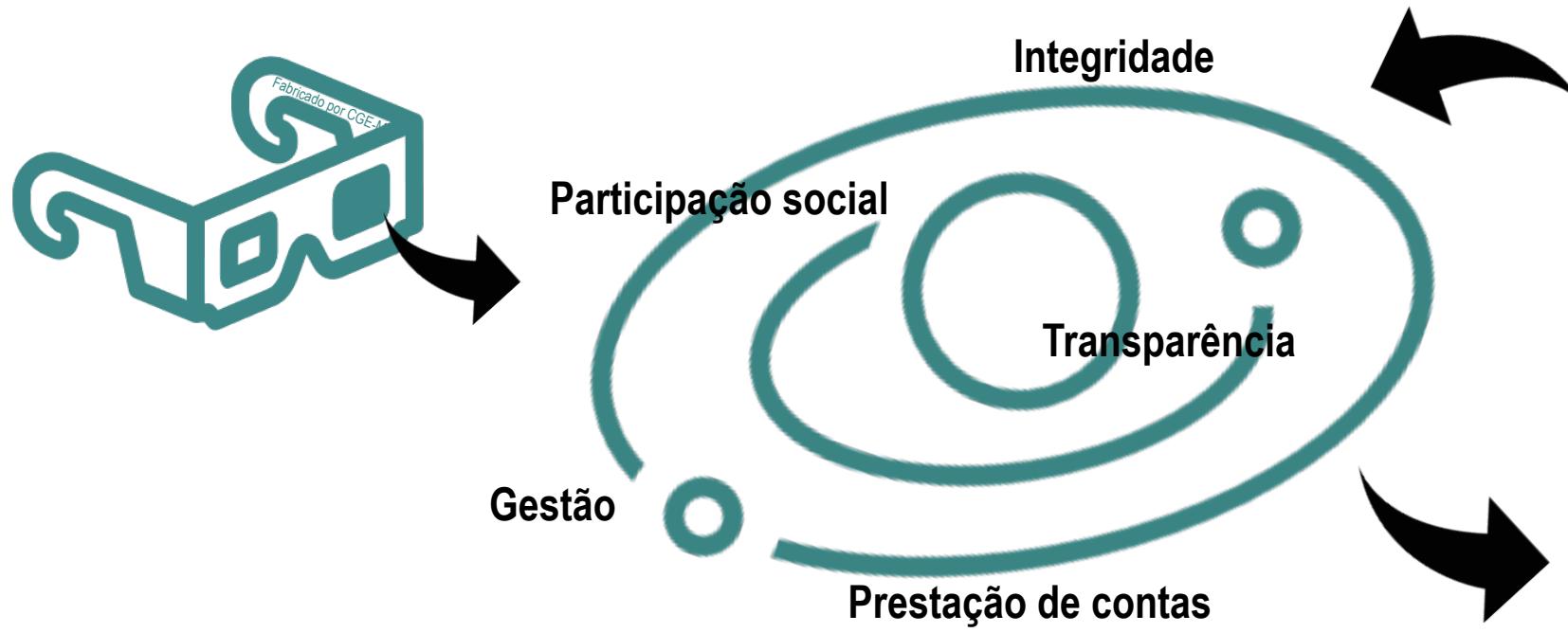
MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Diretoria Central de Coordenação das Ações Governamentais. *Relatório Consolidado: mapeamento das informações sobre atuação dos Conselhos Estaduais*. Jul. 2007. 12 p.

PINTO, G.N.F.N. [Conselhos Estaduais de Minas Gerais: características institucionais e funcionamento no período 2005-2007](#). Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação Joao Pinheiro, 2007.

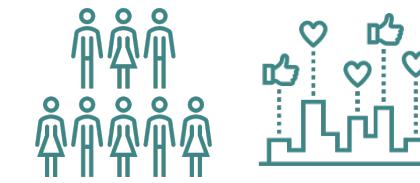
- ✓ Reforçar nossa missão e o cumprimento de nossas competências legais
- ✓ Assegurar continuidade e perenidade a avaliação dos conselhos, mensurando avanços ou recuos em relação a atuação do controle social
- ✓ Aproximar-se das instituições participativas, reforçando a relação entre controle interno e controle social, a partir da perspectiva do fomento
- ✓ Subsidiar ações de melhoria da governança nos conselhos de políticas públicas, apoiando os conselheiros participativos na busca por maior efetividade em suas ações



A CONTRIBUIÇÃO DA CGE



GOVERNANÇA



PERCEPÇÃO



CONFORMIDADE

VARIÁVEIS, INDICADORES E ÍNDICES

FORMULÁRIO PROSPECTIVO



76 variáveis

- IE1 – ESTRUTURAL-FUNCIONAL
- IE2 – NORMATIVO-FINANCEIRO
- IE3 – FINALÍSTICO

FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS



46 variáveis

- IE1 – ESTRUTURAL-FUNCIONAL
- IE2 – FINALÍSTICO 1
- IE3 – FINALÍSTICO 2

ÍNDICE DE GOVERNANÇA FORMAL

IGF

ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA

IGIP

IGP

ÍNDICE DE GOVERNANÇA PRÁTICA

Utilizamos uma escala!

INDICADORES

IE1, IE2, IE3

ÍNDICES

IGF, IGP, IGIP



0,76 a 1,00

0,51 a 0,75

0,26 a 0,50

0,00 a 0,25



Adequada

Moderada

Fraca

Inexistente

MÍNIMO
PIOR

A horizontal scale consisting of a thin green line with two vertical tick marks at the ends. The tick mark on the left is aligned with the number '0' below it. The tick mark on the right is aligned with the number '1' below it.

VARIÁVEIS, INDICADORES E ÍNDICES

MÁXIMO
MELHOR

1

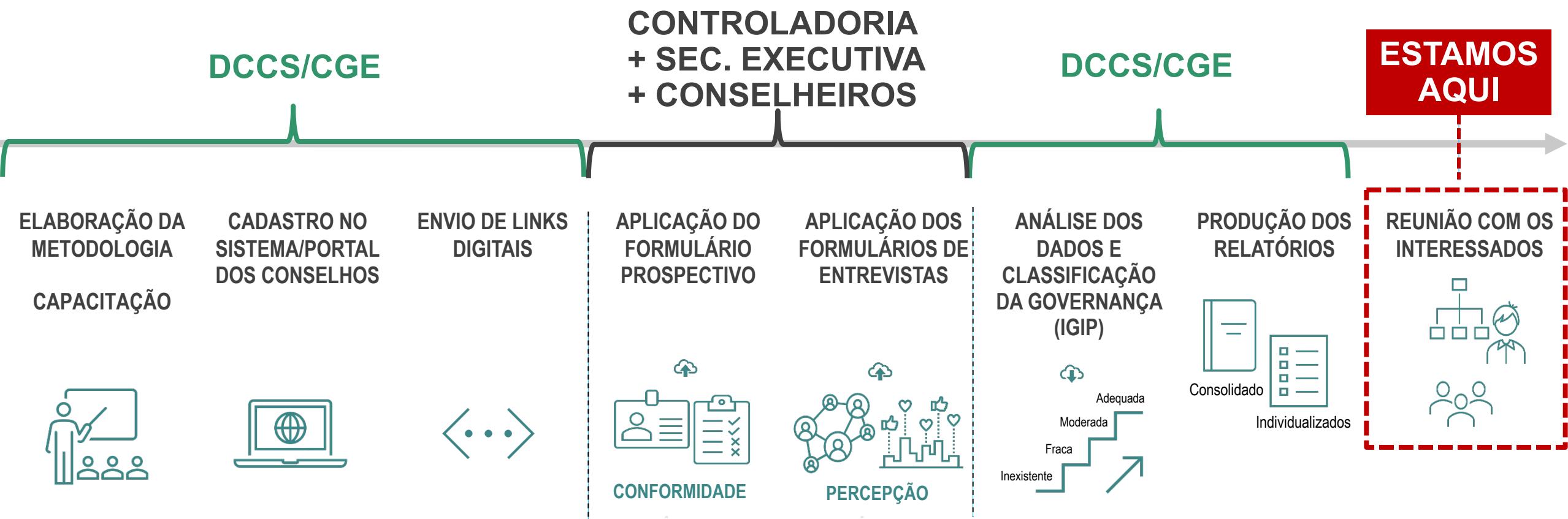
NO FORMULÁRIO DE ENTREVISTA
O VALOR MÁXIMO DAS
VARIÁVEIS/ITENS **DEPENDE** DA
EXISTÊNCIA DE **ENTREVISTAS**
VALIDADAS

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ENTREVISTA

CRITÉRIO FUNDAMENTAL: Quantidade PAR de entrevistas

Como obter a paridade caso sejam recebidas entrevistas em quantidade ímpar?

1. A exclusão ocorrerá no segmento sobressalente (governo ou sociedade);
2. Prioridade para o conselheiro mais antigo;
3. Prioridade para o membro titular;
4. Sorteio.



NÚMEROS DESTE CICLO

Período da Avaliação | Abril a Julho de 2020

Período da Análise | Julho a Setembro de 2020

Instituições Participativas
Avaliadas | **13** de 52 → **25%** das IPs

Órgãos Participantes | CGE, SEAPA, SEDE, SEE, SEMAD e SEINFRA

Entrevistas Recebidas | **89**, dentre as quais 54 foram validadas

51 enviadas por membros representantes do governo

38 enviadas por membros representantes da sociedade

→ **3,2** anos é o tempo médio de atuação dos entrevistados como conselheiros participativos

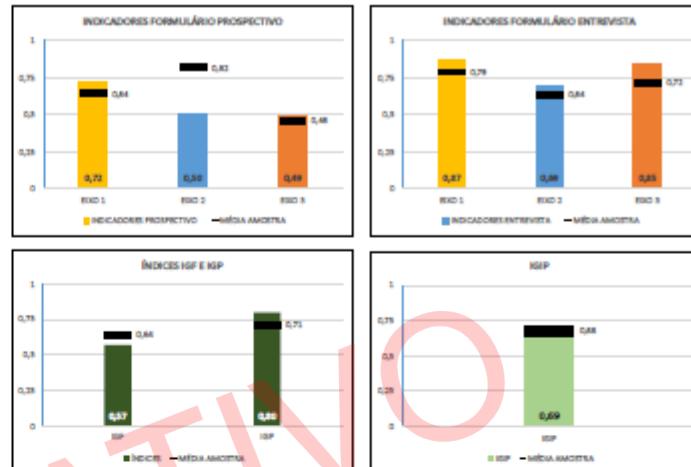
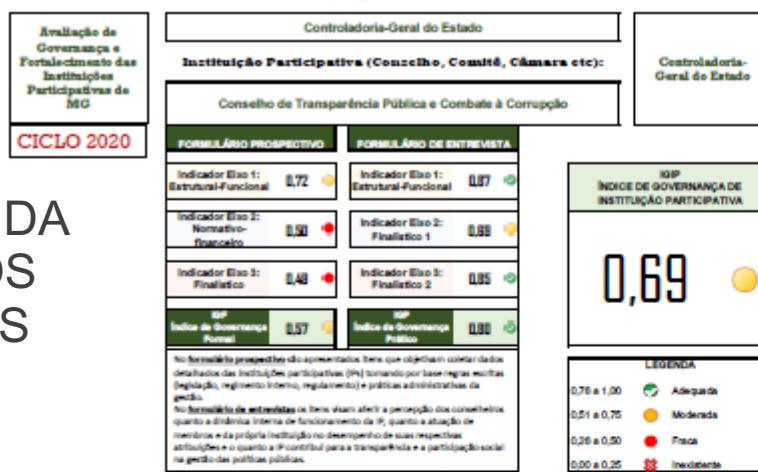
RESULTADOS



COMO LER O RELATÓRIO INDIVIDUALIZADO?

1

IDENTIFICAÇÃO DA IP + RESULTADOS NUMÉRICOS DOS INDICADORES E ÍNDICES



2

RESULTADOS GRÁFICOS (SITUAÇÃO RELATIVA À MÉDIA)

3

VALORES AFERIDOS POR INDICADOR/ITEM

Eixo	Item	Valor
Eixo 1	AE1.2 AE1.3 AE1.4 AE1.5 AE1.6 AE1.7 AE1.10 AE1.12 AE1.14 AE1.16 AE1.17	1 1 0 1 1 0 0 0 1 0 0
Eixo 1	AE1.18 AE1.20 AE1.22 AE1.23 AE1.25 AE1.26 AE1.28 AE1.30 AE1.31 AE1.32	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
Eixo 2	AE2.1 AE2.4 AE2.6 AE2.8 AE2.10 AE2.15	0 0 1 0 0 0
Eixo 2	AE2.9 AE2.10 AE2.11 AE2.12 AE2.13 AE2.14	0 1 0 1 0 0
Eixo 3	AE3.1 AE3.10 AE3.11 AE3.12 AE3.13 AE3.14	0 1 0 1 0 0
Eixo 3	AE3.15 AE3.16 AE3.17 AE3.18 AE3.19 AE3.20 AE3.21	1 1 0 0 0 0 0

Eixo	Item	Valor
Eixo 1	BE1.1 BE1.2 BE1.3 BE1.4 BE1.5 BE1.6 BE1.7 BE1.8	2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25
Eixo 1	BE1.9 BE1.10 BE1.11 BE1.12 BE1.13 BE1.14 BE1.15 BE1.16 BE1.17 BE1.18	2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25 2,25
Eixo 2	BE2.1 BE2.3 BE2.5 BE2.6 BE2.8 BE2.9 BE2.10	4,75 5 5,25 5,25 4,75 4 5,25
Eixo 2	BE2.11 BE2.12 BE2.13 BE2.14 BE2.15 BE2.16 BE2.17 BE2.18	3,75 3,75 3,75 4,75 3,75 4,75 3,75 4,75
Eixo 3	BE3.1 BE3.2 BE3.3 BE3.4 BE3.5 BE3.6 BE3.7 BE3.8 BE3.9 BE3.10 BE3.11 BE3.12	4,75 4,75 5,25 5,25 5,25 5,25 5,25 5,25 5,25 5,25 5,25 5,25

NOTA: Os resultados apresentados são baseados em levantamentos realizados por meio de questionários elaborados para o ciclo 2020, visando avaliar a eficiência das instituições participativas no cumprimento de suas respectivas finalidades e na promoção da transparéncia e participação social.

21 possíveis (71%), fato que posicionou este indicador numericamente acima da média e bem próximo de atingir o patamar adequado. Os principais problemas diagnosticados neste item relativos à atual competição do conselho, que não se encontra com todos os suplementos (AE1.10) e membros da sociedade civil nomeados de acordo com a exigência normativa (AE1.12), bem como a ausência de dedicação exclusiva dos servidores da secretaria executiva para os assuntos deste conselho (AE1.4). O problema quanto à competição pode estar relacionado com o pouco tempo de existência desta IP (menos de 2 anos).

No indicador do Eixo 2 destacamos, como fator preponderante para o rebaixamento da nota, a ausência de regimento interno, documento que está previsto nas normas aplicáveis ao Conselho de Transparéncia (AE2.5). Tal fato impossibilita o detalhamento das competências da secretaria executiva (AE2.10). Novamente, o pouco tempo de existência da IP pode ser compreendido como um atenuante.

No Eixo 3, a inexistência e a consequente indisponibilidade do regimento interno na internet também impactam negativamente na nota obtida (AE3.2). Destacamos ainda a não adesão dos conselheiros aos regulamentos éticos ou de integridade da IP ou do órgão de subordinação, mesmo estando disponíveis (AE3.12 e AE3.9). Por fim, mas não menos importante, no item AE3.18 foi aferida a não permissão, em norma, para a participação popular nas reuniões do conselho.

De positivo, destacamos o fato de a secretaria executiva da IP ser comandada por servidor efetivo (AE1.23) e a adoção de planejamentos ou planos de trabalhos periódicos que orientem a execução das atividades do colegiado (AE1.29), no Eixo 1. Já no Eixo 3, apesar do baixo valor do indicador, há vários aspectos positivos de destaque, como critérios éticos e transparentes, bem como exigência de conhecimentos prévios para nomeação de conselheiros (AE3.8, AE3.16 e AE3.17) e divulgação de atas e composição do conselho na internet (AE3.14 e AE3.23).

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: Foram 6 entrevistas validadas, seguindo-se os critérios estabelecidos na ferramenta metodológica. Nenhum item de nenhum elo foi zerado. Na percepção dos entrevistados, há uma predominância por parte do governo no controle de agenda do conselho (BE3.8). Também na compreensão dos entrevistados há ausência de preciso e infraestrutura adequada que podem prejudicar o nível de transparéncia da IP (BE3.11). Quanto a isso, chama a atenção uma aparente inconsistência, pois as respostas dão ao item BE3.5 os entrevistados foram uníveis em aportar a adequação dos recursos humanos disponíveis para o bom funcionamento do conselho. Tal inconsistência pode ser superada se considerarmos que as dinâmicas internas de uma IP podem estar em perfeito funcionamento, mesmo havendo dificuldades em promover a cidadania e transparéncia dos atos para públicos externos.

Destaque positivo val para a percepção de unidade existente entre os conselheiros. Os entrevistados foram uníveis em apontar que seus posicionamentos e opiniões são respeitados, possuindo o mesmo valor contributivo. Independentemente do segmento que representam – governo ou sociedade (BE3.8). Este ponto desata a percepção de que prevalece um ambiente democrático no interior do conselho, aspecto fundamental para qualquer instância que promova a democracia participativa.

DIRETORIA CENTRAL DE CONTROLE SOCIAL - COE/MG

4

ANÁLISE

Avaliação de
Governança e
Fortalecimento das
Instituições
Participativas de
MG

CICLO 2020

ÓRGÃO/ENTIDADE

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Instituição Participativa (Conselho, Comitê, Câmara etc):

Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam

Controladoria-
Geral do Estado

FORMULÁRIO PROSPECTIVO

Indicador Eixo 1:
Estrutural-Funcional

0,82



Indicador Eixo 2:
Normativo-
financeiro

0,83



Indicador Eixo 3:
Finalístico

0,69



IGF
Índice de Governança
Formal

0,78



FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Indicador Eixo 1:
Estrutural-Funcional

0,77



Indicador Eixo 2:
Finalístico 1

0,60



Indicador Eixo 3:
Finalístico 2

0,82



IGP
Índice de Governança
Prático

0,73



No **formulário prospectivo** são apresentados itens que objetivam coletar dados detalhados das instituições participativas (IPs) tomando por base regras escritas (legislação, regimento interno, regulamento) e práticas administrativas da gestão.

No **formulário de entrevistas** os itens visam aferir a percepção dos conselheiros quanto a dinâmica interna de funcionamento da IP, quanto a atuação de membros e da própria instituição no desempenho de suas respectivas atribuições e o quanto a IP contribui para a transparência e a participação social na gestão das políticas públicas.

IGIP ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA

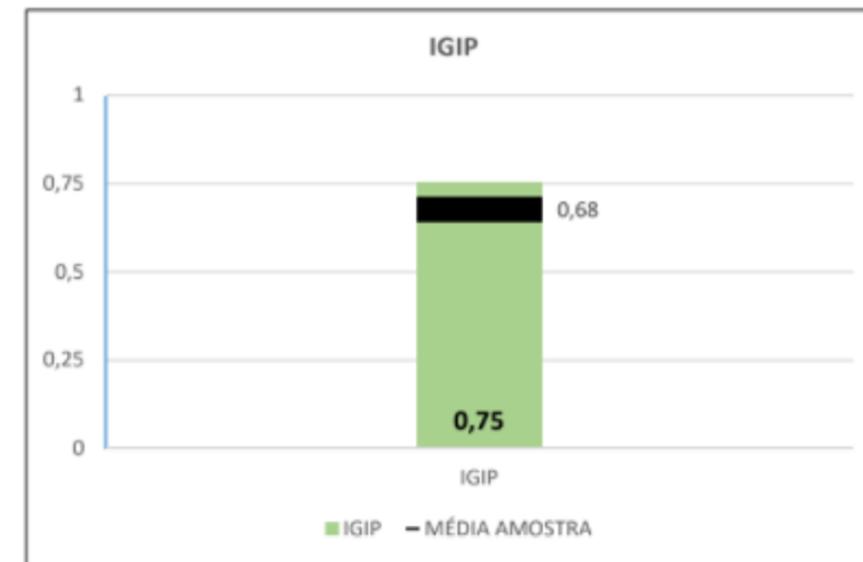
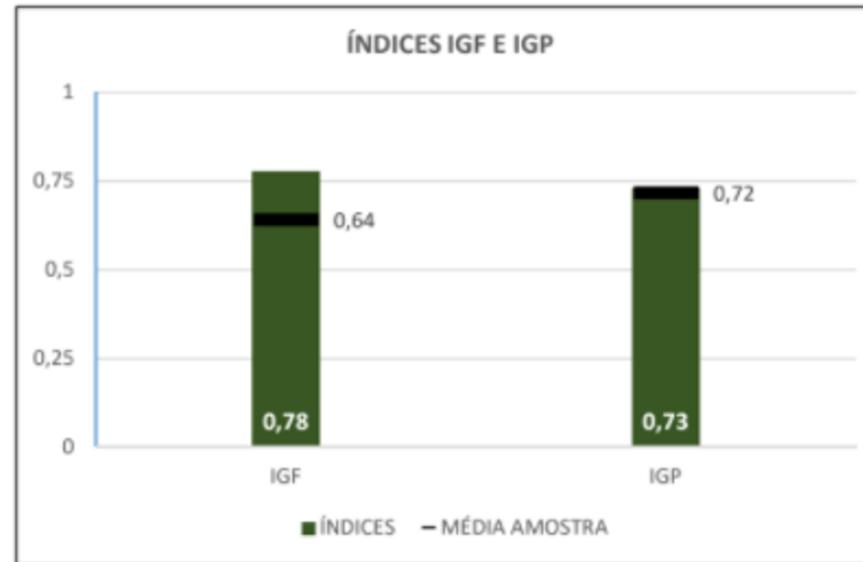
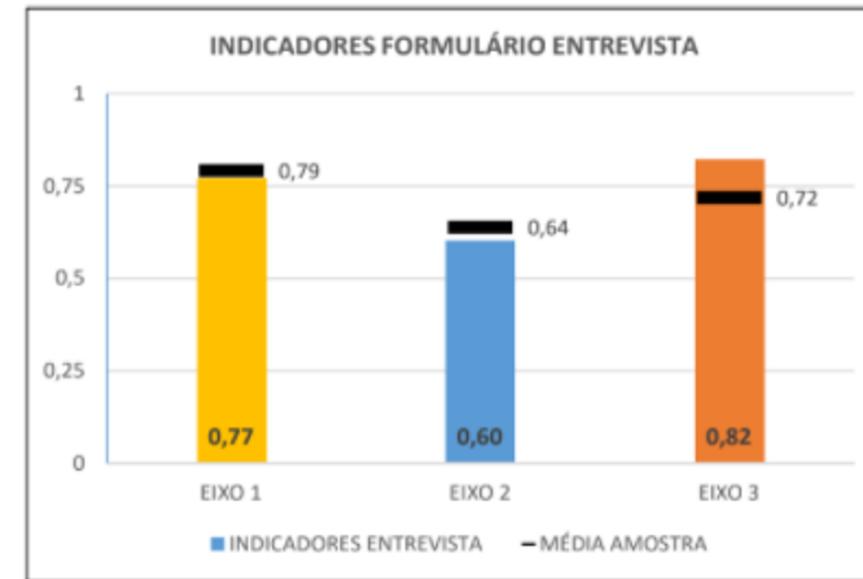
0,75



LEGENDA

0,76 a 1,00		Adequada
0,51 a 0,75		Moderada
0,26 a 0,50		Fraca
0,00 a 0,25		Inexistente

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



PONTOS POSITIVOS





PROSPECTIVO

- Robustez normativa do COPAM, em consonância com a complexidade das atribuições e as políticas inerentes a este conselho
- Constante atividade nos últimos 5 anos
- Existência de sede própria
- Predominância de servidores com dedicação exclusiva ao COPAM na secretaria executiva bem como a execução dessa função sendo desempenhada por servidor público efetivo



PROSPECTIVO

- Composição conforme as normas, respeitada a paridade
- Tempestividade nas nomeações de membros
- Código de ética ou plano de integridade tanto na IP quanto no órgão de subordinação
- Critérios objetivos e transparentes para escolha de membros da sociedade
- Participação popular nas reuniões do conselho é permitida por norma



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Compreensão da importância e valorização da secretaria executiva para o bom funcionamento do COPAM
- Bons índices nas avaliações:
 - da participação e atuação dos conselheiros para que o conselho atinja seus objetivos
 - do processo de escolha de membros, que contribui para haver diversidade nas discussões colegiadas



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Bons índices nas avaliações:
 - da presença do presidente nas reuniões ordinárias
 - da alternância de representatividade (de membros) no conselho
 - das práticas de transparência do COPAM

PONTOS DE ATENÇÃO





PROSPECTIVO

- Impossibilidade de alternância da presidência do colegiado entre sociedade e governo
- Inexistência de critérios de territorialidade para a definição de conselheiros - considerada a capilaridade geográfica da política (*plenário*)
- Inexistência de documentação sobre perfil profissional e acadêmico dos conselheiros
- Redução de valores orçamentários para o conselho



PROSPECTIVO

- Não disponibilização, na internet, dos valores orçamentários alocados para o conselho
- Inexistência de critérios éticos para escolha e designação de conselheiros
- Não exigência de experiência ou conhecimentos prévios sobre os assuntos tratados no conselho para designação de membros de governo



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Predominância do governo no controle de agenda do conselho
(as ações e programas monitorados seguem critérios de escolha definidos pelo governo)
- Indicativo de não haver planejamento periódico para o monitoramento das políticas públicas da área



PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Leve percepção de uma possível padronização de pautas nas reuniões do conselho
- Indicativo de ausência de pessoal e infraestrutura adequada que podem prejudicar o nível de transparência da IP, embora a infraestrutura básica e os recursos humanos disponíveis tenham sido bem avaliados

PRÓXIMOS
PASSOS





FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPATIVA

- Aproximar e reforçar a relação entre controle interno e controle social, isto é, a relação entre CGE, suas unidades descentralizadas e os Conselhos de Políticas Públicas estaduais, respectivamente



UTILIZAÇÃO DO SISTEMA E PORTAL DOS CONSELHOS

- Consolidar o Sistema e o Portal dos Conselhos como ferramentas de apoio às IPs estaduais, tanto para transparência de seus dados e informações quanto para a criação e estímulo aos valores democráticos, como a participação social.



Agradecemos sua atenção!

Em caso de dúvidas, sugestões e críticas, não deixe de entrar em contato conosco!



controlesocial@cge.mg.gov.br

